

DOSSIÊ

ANTROPOLOGIA, POLÍTICA E ESTADO

ANTHROPOLOGY, POLITICS AND STATE

Marcos Otavio Bezerra*
Igor Gastal Grill**

Apresentamos neste dossiê um conjunto de artigos produzidos por pesquisadores das diferentes áreas das Ciências Sociais, que se aproximam na “ótica antropológica” (retomando a expressão utilizada por J.-L. Briquet, autor do primeiro texto desta coletânea) adotada para a análise da dimensão política do mundo social.

Nesse caminho, uma referência importante de ser lembrada é Jacques Lagroye (1997) que, dedicado a sistematizar diretrizes ao que se convencionou chamar de sociologia política, já havia apontado como fecunda a ininterrupta transgressão das fronteiras acadê-

micas entre as disciplinas, associada à construção original de objetos de pesquisa, uma vez que não são fixas (no tempo, no espaço e nos diferentes grupos) e são controversas as concepções do que é “a política” e as práticas consideradas como propriamente políticas.

No Brasil, a importância de “suplantar (...) divisões disciplinares e conceitos pré-estabelecidos, cruzando barreiras e questionando a política nas suas concepções nativas”, logo, atentado aos fenômenos políticos sob distintos prismas atinentes ao olhar antropológico (“que não é privilégio de antropólogos”)¹ tem sido explorada desde meados

* Doutor em antropologia, professor titular da Universidade Federal Fluminense (UFF/Niterói/RJ/BR) e pesquisador do CNPq. Coordenador do Núcleo de Pesquisa Fronteiras e Transformações das Práticas Estatais e Políticas e membro do Núcleo de Antropologia da Política (NuAP). motavio.bezerra@gmail.com

** Doutor em ciência política, professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão (UFMA/São Luís/MA/BR) e pesquisador do CNPq. Coordena o Laboratório de Estudos sobre Elites Políticas e Culturais (LEEPOC). igorgrill@terra.com.br

1. As passagens grifadas com aspas neste parágrafo foram retiradas de orelhas de livros que compõem a Coleção Antropologia da Política, organizada pelo Núcleo de Antropologia da Política.

dos anos 1990 por trabalhos realizados no âmbito do Núcleo de Antropologia da Política (NuAP): “O desafio é refletir sobre a política para além das definições legais ou modelares numa sociedade que pensa as atividades políticas como constituindo um domínio à parte de tantos outros – o econômico, o jurídico, o artístico, etc. (...)” (PALMEIRA; BARREIRA, 2006, p.9)².

Elaborados a partir do diálogo com referenciais teóricos distintos e da análise de fenômenos e contextos empíricos diversos, os seis artigos aqui reunidos comungam, no entanto, a preocupação com os diferentes modos como a política e o Estado – seus agentes, suas instituições, suas fronteiras, suas práticas e suas representações – atuam de modo real, são concebidos e vividos pelas pessoas e populações focalizadas nos estudos. Isso exige, particularmente, um distanciamento das representações da política e do Estado que este último procura instituir como dominante no contexto dos Estados nacionais. Nas situações analisadas pelos artigos pode-se observar, portanto, como a ordem normativa estatal constitui apenas uma dentre outras disponíveis no mundo social, como a mítica, a do parentesco, a das relações clientelistas ou a das relações pessoais. Casos possíveis de combinação entre essas ordens são, nesse sentido, revelados pelos artigos, o que, por sua vez, não é sem consequência para as visões mais oficiais da política e do Estado.

O texto de Jean-Louis Briquet, professor da Université Paris I (França), discute as

noções de politização e clientelismo a partir de material histórico e etnográfico sobre a França e a Córsega nos séculos XIX e XX. Jorge M. Villela e Ana Claudia Marques, respectivamente, professor da Universidade Federal de São Carlos e professora da Universidade de São Paulo, examinam o modo como família e política se produzem mutuamente a partir de etnografia de eleições realizadas em um município do sertão do estado de Pernambuco. A eleição de 2012 para prefeito do município de Fortaleza, estado do Ceará, é o foco de atenção do artigo de Irllys Barreira, professora da Universidade Federal do Ceará, que se interroga, particularmente, sobre as promessas de campanha para a cidade veiculadas pelos candidatos. Gabriel Vommaro, professor da Universidad Nacional de General Sarmiento (Argentina), reflete sobre as transformações recentes nas relações das classes populares com a política na Argentina através do foco na implementação de políticas sociais. A partir daí, convida a que se pense as fronteiras entre Estado e sociedade civil. As fronteiras estatais e as práticas efetivas de funcionamento do estado são também examinadas por Marcos O. Bezerra, professor da Universidade Federal Fluminense. A partir da análise da atuação da Construtora Norberto Odebrecht junto à administração pública nos anos 90, o autor examina as representações da empresa a respeito do Estado e a articulação entre práticas de corrupção e práticas ordinárias de funcionamento da política e da administração pública. A relação da corrupção com

2. O interesse pelos temas da política e do Estado no âmbito da antropologia feita no Brasil pode ser observado na crescente produção bibliográfica sobre os mesmos. Para um balanço de trabalhos e grupos de pesquisa dedicados nas últimas décadas a análises antropológicas sobre Estado, administração pública e governança no Brasil, ver Teixeira e Souza Lima (2010) e Castro e Souza Lima (2008). Sobre o Estado, ver os trabalhos reunidos por Souza Lima (2012) e Vianna (2012). Para uma apresentação dos trinta e dois livros da Coleção do NuAP, ver Comerford e Bezerra (2013). Para uma discussão sobre a Antropologia da Política no Brasil, ver NuAP (1998) e Kuschnir (2007).

as práticas comuns e cotidianas na Índia é também o tema do artigo de Veena Das, professora da Johns Hopkins University (USA). A partir de referências literárias e etnográficas, Das chama atenção para as tensões geradas, simultaneamente nos planos estrutural e individual, pela coexistência de uma multiplicidade de ordens normativas e, desse modo, como a corrupção pode ser associada por populações pobres em áreas urbanas à própria possibilidade de suas existências.

Como mencionado acima, os (as) autores (as) evitam tomar as representações oficiais como pressuposto para a compreensão do que seja a política ou o Estado. Isto significa também não tratar essas representações como parâmetro para a avaliação e o julgamento das práticas observadas e socialmente definidas como políticas ou que constituem o funcionamento real do Estado. Nos contextos contemplados pelos artigos, observa-se que essas representações oficiais expressam, em grande medida, as ideias mais gerais a respeito da democracia e do Estado modernos. Nesse sentido, a difusão e as aspirações em torno das instituições e categorias políticas associadas à democracia (liberdade de escolhas ideológicas, autonomia da política em relação a outras atividades sociais, voto individual, cidadania, igualdade, etc.) contribuem para a naturalização e a fixação das mesmas como critérios de avaliação dos comportamentos tidos como políticos. Ter em mente a dimensão histórica dessas categorias é um passo importante para examiná-las com o distanciamento analítico necessário. Esta, cabe notar, é uma das contribuições da reflexão elaborada por J.-L. Briquet a partir do conceito de politização e de sua constatação de que o termo remete a uma forma de “aculturação legítima por parte da população”.

A análise das categorias políticas e estatais a partir de suas dimensões históricas e contextuais combinada com a preocupação com a apreensão das ideias e práticas assim definidas pelas populações está associada, em alguns dos artigos, a uma crítica mais direta ao conceito de clientelismo. Em termos amplos, rejeita-se no conceito, sobretudo, o seu viés normativo. Nesse sentido, J.-L. Briquet afasta-se das interpretações que veem no clientelismo um obstáculo à modernização política e propõe pensá-lo como um meio através do qual as instituições políticas modernas se integram ao cotidiano das populações. Jorge Villela e Ana Claudia Marques lembram que a ideia de “falta” é intrínseca ao conceito e argumentam que a atividade política entre os “sertanejos” é muito mais ampla do que a luta pelo acesso a recursos materiais escassos. Gabriel Vommaro defende que o conceito não dá conta das relações porosas entre Estado e sociedade civil observadas na gestão das políticas sociais e dos princípios que estruturam a economia moral que regula os acessos das pessoas aos bens estatais, fundada, propõe o autor, numa concepção de direito da população. Nos artigos, a identificação dos limites das interpretações do conceito de clientelismo é acompanhada de propostas que permitam restituir o significado que relações familiares, interpessoais e as trocas de serviços e bens, entre outros aspectos, adquirem para as práticas socialmente concebidas como políticas e estatais.

A atenção ao modo como a política e o Estado são socialmente concebidos revela como a ideia da autonomização dessas atividades pode ser pensada, sobretudo, como um projeto oficial. Nesse sentido, a demonstração de como as práticas e representações políticas e estatais são constituídas através de explicações mitológicas, de diferentes sis-

temas de valores e temporalidades, de relações clientelistas, de obrigações e conflitos familiares ou de trocas que permeiam as formas de sociabilidade cotidianas, entre outros aspectos, é uma importante contribuição dos artigos. J.-L. Briquet, por exemplo, chama atenção, por um lado, para como as relações clientelistas inserem as pessoas nas redes políticas, produzem opiniões e ensinam certo modo de votar e de agir politicamente e, por outro, para como a politização está associada a experiências domésticas e de trabalho. Jorge Vilella e Ana Claudia Marques ressaltam como “relações e concepções de família e de política se misturam” e, por conseguinte, como as unidades políticas e familiares se fazem e desfazem permanentemente. As obrigações morais de ajuda aos familiares por parte de funcionários públicos e a inserção em redes de corrupção em nome das necessidades da esposa e filhos são dimensões centrais abordados por Veena Das. A conexão da política com atividades sociais tidas como de outra natureza é também examinada por Irllys Barreira, para quem as promessas de campanha atualizam valores e comportamentos associados a outros espaços sociais. A “personalização do Estado” é ressaltada por Gabriel Vommaro, ao examinar como lideranças populares envolvidas com a implementação de políticas sociais acabam encarnando o próprio Estado. A presença das relações pessoais e das formas de sociabilidade cotidianas nas práticas políticas e estatais é destacada também por Marcos O. Bezerra. O que nos parece importante de ser destacado, a partir dessas rápidas menções aos textos, é o fato de que em cada um deles o que é identificado como

próprio à lógica política ou estatal é indissociável da articulação com outras lógicas de organização das relações sociais.

Isto significa, entre outros aspectos, que os (as) autores (as) não partem do pressuposto de que a lógica política ou estatal, tomada nos termos de suas representações oficiais, preexiste e se contrapõe a outros princípios de organização social. O desafio que enfrentam os textos é exatamente o de criar perspectivas e instrumentos de análise (como a ideia de “economia moral”) que permitam dar conta de como diferentes princípios e lógicas de organização social – política, família, justiça, etc. – se produzem mutuamente, concorrem, combinam, excluem ou se tornam soberanos. Trata-se, portanto, de abordar as imbricações entre domínios sociais e de questionar as fronteiras (formais, oficiais, legais, simbólicas, imaginárias, etc.), geralmente tomadas como dadas (naturalizadas, essencializadas e substancializadas), entre família e política; atividade política informal e exercício de um ofício; a burocracia pública e a empresa privada; para citar somente alguns eixos esmiuçados pelos autores³.

A articulação entre lógicas associadas a distintas atividades sociais pode conduzir também a denúncias fundadas numa suposta ou desejada autonomia dessas atividades. É o confronto de normas que parece estar em questão nas acusações de nepotismo, como se pode ver no artigo de Jorge Vilella e Ana Claudia Marques, ou de corrupção, nos artigos de Marcos O. Bezerra e Veena Das.

Um último elemento a ser sublinhado do conjunto de trabalhos aqui reunidos, como fator de distinção *vis-à-vis* outras abordagens sobre os fenômenos políticos, é o

3. Uma possibilidade de pensar em termos de domínios significativamente indiferenciados, sobrepostos e plásticos, como uma alternativa ao uso da noção de campo, foi desenvolvida em Grill e Reis (2016).

fato de que a atenção dispensada às lógicas específicas que compõem a *economia moral* (noção recorrente nos textos) das trocas em cada contexto, incide em duas posturas complementares compartilhadas pelos pesquisadores. Por um lado, no uso não canônico de referências tidas como “clássicas”, advertindo sobre os obstáculos analíticos gerados por dicotomias como o “formal” e o “informal”, o “institucional” e o “pessoal”, e assim por diante. E, por outro lado, na inconformidade em pensar a partir de representações estigmatizantes que se tornaram correntes na autoimagem dos “cursos”, “brasileiros”, “argentinos” e “indianos”. Com isso, enfatizamos a possibilidade que trazem para desnaturalizar imagens propagadas – como “a Córsega arcaica”, “os rincões brasileiros”, a “demagogia” e o “populismo” dos políticos, “o Brasil como o país da corrupção” ou “a corrupção como um mal específico da democracia na Índia”, para citar alguns estereótipos direcionados a configurações examinadas neste dossiê –, restituindo as redes, práticas e justificações que lhes dão existência.

Referências

- COMERFORD, J.; BEZERRA, M. Etnografias da política: uma apresentação da Coleção Antropologia da Política. *Análise Social*, 206, XLVIII (2), p. 465-489, 2013.
- GRILL, I. G.; REIS, E. T. dos. *Elites parlamentares e a dupla arte de representar: intersecções entre cultura e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2016.
- KUSCHNIR, K. *Antropologia da Política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- LAGROYE, J. *Sociologie Politique*. Paris: Presse de Sciences Po Dalloz, 1997.

NÚCLEO DE ANTROPOLOGIA DA POLÍTICA. *Uma Antropologia da Política: Rituais, Representação e Violência*. Cadernos do NuAP 1. Rio de Janeiro, NAU Editora, 1998.

PALMEIRA, M.; BARREIRA, C. Política no Brasil: visões de antropólogos. In: PALMEIRA, M.; BARREIRA, C. (Orgs.). *Política no Brasil: visões de antropólogos*. Rio de Janeiro: Relume Dumara/NUAP, 2006, p. 9-22.

SOUZA LIMA, A. C. de. Fazendo o Estado. O estudo antropológico das ações governamentais como parte dos processos de formação estatal. *Revista de Antropologia (USP)*, vol. 55, 2, p. 559-564, 2012.

SOUZA LIMA, A. C. de; CASTRO, J. P. M. Política(s) Pública(s). In: PINHO, O.; SANSONE, L. (Orgs.) *Raça. Novas perspectivas antropológicas*. Salvador: ABA/EDUFBA, 2008, p. 351-392.

TEIXEIRA, C.; SOUZA LIMA, A. C. A antropologia da administração e da governança no Brasil: área temática ou ponto de dispersão? In: MARTINS, C.; DUARTE, L. F. (Orgs.) *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil*. *Antropologia*. São Paulo: ANPOCS, 2010, p. 51-96.

VIANNA, A. (Org.) *O fazer e o desfazer dos direitos. Experiências etnográficas sobre política, administração e moralidades*. Rio de Janeiro: Laced/E-papers, 2013.